

Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço

*Fabricio Pereira da Silva*¹

1. A onda rosa

Os primeiros quinze anos do século XXI na América Latina foram caracterizados por um fenômeno marcante: a chegada ao poder de partidos, movimentos e lideranças de esquerda. Trata-se de algo novo na história latino-americana, marcada por regimes oligárquicos ou patrimonialistas, por ditaduras ou (no máximo) por governos conservadores formados democraticamente. Na região, o único governo constituído de forma democrática a partir das esquerdas havia sido o de Salvador Allende no Chile (de 1970 a 1973, exceção a confirmar dramaticamente a regra), para além dos regimes cubano (1959-) e nicaraguense (1979-1990), constituídos a partir de movimentos guerrilheiros vitoriosos². Em poucas palavras, tratava-se de uma dificuldade das frágeis democracias da região (quando elas existiram ou ensaiaram existir) em se ampliarem na direção das esquerdas, mas por vezes também (é necessário que se diga) de uma dificuldade dessas mesmas esquerdas em fomentar seus valores democráticos.

No entanto, após uma longa trajetória de bloqueios, desencontros, repressões e fracassos eleitorais, as esquerdas chegaram ao poder democraticamente em cerca de dez países da região (contabilidade que pode variar de acordo com a definição de esquerda esgrimida pelo observador³). E seguem governando na grande maioria destes, em muitos deles há cerca de dez

¹ Professor da Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (ICAL/UNILA). Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Contato: fabriciopereira31@gmail.com.

² Opto aqui por eludir algo que constituiria um longo debate: discutir se poderiam ser considerados de esquerda governos nacional-populares ou nacionalistas radicais (tais como os de Lázaro Cárdenas no México e de Jacobo Arbenz na Guatemala).

³ Venho adotando em meus trabalhos a definição (ampla) de Bobbio, que defende que “o elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de ‘esquerda’, e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, (...) não como a utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais” (1995, p. 110). Bobbio, atendo-se apenas à

anos. Essa ascensão das esquerdas na região, por sua relativa sincronia e delimitação regional, constitui em si mesma um processo sociopolítico único, que pode ser compreendido em seu conjunto (uma “vaga” de esquerda a percorrer a região), com diversas características coincidentes – mas com suas especificidades locais. O fenômeno foi chamado de “onda rosa” latino-americana, ou expressões semelhantes (conferir, por exemplo, Panizza, 2006, que fala em “maré rosa”). A evidente inspiração vinha da ascensão de partidos de centro-esquerda europeus ao poder na segunda metade dos anos 1990, nomeada por analistas da mesma maneira. Se o fenômeno latino-americano, num olhar mais apurado, não guarda tanta relação com o europeu, devendo ser compreendido por si mesmo, ao menos a expressão pode ser aproveitada. Opto por utilizá-la muito por seu poder provocativo. Como se verá, as políticas e perspectivas concretas dessas esquerdas no poder não são tão radicais ou revolucionárias quanto parecem a alguns analistas mais afoitos ou temerosos. Falar em “onda rosa” é mais apropriado do que em “maré vermelha”, ou algo do tipo.

A onda rosa se iniciou no final da década de 1990, com a eleição de Hugo Chávez em 1998. Chávez, fundador do Movimento V República (MVR), chegou ao poder em meio ao colapso das instituições e partidos “tradicionais”. Na sequência, Ricardo Lagos, oriundo do Partido Socialista do Chile (PSCh), foi eleito em 2000, representando uma inflexão à esquerda na Concertação, aliança que governava o país desde o retorno à democracia em 1990. Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito no Brasil em sua quarta tentativa. Na Argentina, Néstor Kirchner se elegeu em 2003, e apesar das origens peronistas, procurou governar como parte integrante desse giro à esquerda. Tabaré Vázquez, da Frente Ampla (FA), venceu as eleições uruguaias em 2004. Em 2005, Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS) da Bolívia, venceu as segundas eleições que disputou, como culminância da crise político-social vivenciada pelo país nos anos anteriores. No ano seguinte, Rafael Correa chegou ao poder no Equador, após fundar um movimento com o intuito de concorrer às eleições presidenciais, o Pátria Altiva e Soberana (PAÍS na sigla em espanhol), também em meio a um

díade igualdade/desigualdade, na qual os de esquerda valorizam a primeira e os de direita a segunda, é absolutamente sintético e, seguindo sua definição, todas as forças políticas aqui estudadas podem ser consideradas de esquerda. Quanto à díade liberdade/autoridade, ela seria transversal às duas correntes, comportando a existência de esquerdistas libertários e autoritários (que ele associa à centro-esquerda e à extrema-esquerda) e direitistas libertários e autoritários (centro-direita e extrema-direita).

colapso de instituições e partidos “tradicionais”. No mesmo ano, Daniel Ortega e sua Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) regressaram ao poder na Nicarágua, dessa vez por meios eleitorais. O ativista social Fernando Lugo chegou ao poder no Paraguai em 2008 encabeçando uma frente de movimentos sociais, sindicatos e partidos de oposição, encerrando uma hegemonia de seis décadas dos colorados. No ano seguinte Mauricio Funes, da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), chegou ao poder em El Salvador⁴.

Como se vê, pela sua envergadura trata-se de uma tendência que marcou a política latino-americana na última década e meia, assim como a expansão das políticas neoliberais havia marcado a década de 1990. Para reforçar esta afirmação, uma característica notável da ascensão de forças de esquerda na região foi sua capacidade de reprodução. Os presidentes e partidos que foram expostos a pleitos nacionais puderam se reeleger ou eleger seus sucessores. Chávez (2000, 2006 e 2012), Lula (2006), Correa (2009 e 2013), Morales (2009 e 2014) e Ortega (2011) foram reeleitos. Lagos foi sucedido por Michelle Bachelet, também do PSCh, eleita em 2006 e mais uma vez em 2014 (após o interregno de um governo de centro-direita). Kirchner apoiou sua esposa, Cristina Kirchner, eleita em 2007 como sua sucessora e reeleita em 2011. A FA elegeu em 2009 mais um presidente de suas fileiras, José “Pepe” Mujica, e na sequência elegeu mais uma vez Vázquez em 2014. Nicolás Maduro foi eleito em 2013 na esteira da comoção pelo falecimento de Chávez. O PT elegeu Dilma Roussef em 2010 e novamente em 2014. A FMLN se manteve no poder com Salvador Sánchez Cerén em 2014. Essa larga sequência é apresentada no quadro abaixo.

Quadro 1: Vitórias presidenciais e mandatos das esquerdas (1998-2014)

PAÍS	ELEIÇÃO E MANDATO EXERCIDO				
Venezuela	Hugo Chávez 1998 (1999-2001)	Hugo Chávez 2000 (2001-2007)	Hugo Chávez 2006 (2007-2013)	Hugo Chávez 2012 (-)*	Nicolás Maduro 2013 (2013-
Chile	Ricardo Lagos	Michelle Bachelet	<i>Interregno de</i>	Michelle Bachelet	

⁴ Além da chegada ao poder em diversos países, a força da “onda rosa” pode ser atestada pela chegada ao poder com propostas progressistas de Lucio Gutiérrez no Equador em 2002 e de Ollanta Humala no Peru em 2011. Ambos ao fim e ao cabo realizaram governos de centro, marcados por políticas econômicas e posicionamentos internacionais liberais. Pode-se mencionar também o caso oposto de Manuel Zelaya, eleito presidente de Honduras em 2005 pelo tradicional Partido Liberal de Honduras (PLH), que terminou por dar uma guinada ao longo do mandato na direção de políticas bolivarianas, associando-se à Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA) e propondo uma Assembleia Constituinte – tendo sofrido o golpe em 2009 devido a essa virada. Ainda que em direções distintas, os três casos mencionados constituem casos de *policy switch* (como formulado em Stokes, 2001).

	2000 (2000-2006)	2006 (2006-2010)	<i>centro-direita</i> **	2014 (2014-	
Brasil	Luiz Inácio Lula da Silva 2002 (2003-2005)	Luiz Inácio Lula da Silva 2006 (2007-2010)	Dilma Roussef 2010 (2011-2014)	Dilma Roussef 2014 (2015-	
Argentina	Néstor Kirchner 2003 (2003-2007)	Cristina Kirchner 2007 (2007-2011)	Cristina Kirchner 2011 (2011-		
Uruguai	Tabaré Vázquez 2004 (2005-2010)	José Mujica 2009 (2010-2015)	Tabaré Vázquez 2014 (2015-		
Bolívia	Evo Morales 2005 (2006-	Evo Morales 2009 (2010-2015)	Evo Morales 2014 (2015-		
Equador	Rafael Correa 2006 (2007-2009)	Rafael Correa 2009 (2009-2013)	Rafael Correa 2013 (2013-		
Nicarágua	Daniel Ortega 2006 (2007-2012)	Daniel Ortega 2011 (2012-			
Paraguai	Fernando Lugo 2008 (2008-2012)***				
El Salvador	Mauricio Funes 2009 (2009-2014)	Salvador Sánchez Cerén 2014 (2014-			

Fonte: elaboração própria

* Não iniciou o mandato devido a falecimento em 05 de março de 2013.

**Sebastián Piñera foi eleito em 2010 e governou de 2010 a 2014.

*** Mandato interrompido por golpe parlamentar.

Esse fenômeno, por seu ineditismo e relevância, foi analisado por dezenas, talvez centenas de analistas nos últimos anos, e também por mim em diversos trabalhos (conferir, entre outros, Pereira da Silva, 2011, 2010). Considerei que, a partir de um contexto mais favorável historicamente de estendida manutenção das democracias da região nas últimas duas ou três décadas, e de superação do bloqueio gerado pela Guerra Fria, essas esquerdas chegaram ao poder por uma combinação de adaptação organizativa, conferindo-lhe mais fluidez e flexibilidade; ampliação de suas propostas ideológicas e “público-alvo”, conferindo-lhe maior amplitude programática e novas tradições; aceitação de valores democráticos básicos, e em alguns casos acúmulos eleitorais; e a preservação ao longo da década anterior de um núcleo opositorista e programático bem delimitado e claro, a oposição às políticas neoliberais.

Adicionalmente, agreguei a tese de que em alguns países (principalmente Venezuela, Bolívia e Equador) estas esquerdas chegaram ao poder em meio a uma crise orgânica (com

elementos políticos, culturais, sociais, econômicos), de decomposição mais radical da hegemonia expressada anteriormente e de chegada a uma situação de empate catastrófico. Nela, temporariamente as forças em disputa não conseguem impor-se e construir uma nova hegemonia (remeto a Gramsci). Não é somente com as insuficiências do modelo neoliberal (notada em toda a região) que essas crises se relacionam, é também com o esgotamento de formas de organização estatal, dominação social, baixa inclusão político-social e monopólio partidário, expressos em mais largas durações. Essas conjunturas específicas levariam a governos de propostas mais radicalizadas, que procuram ser “refundadores” de suas sociedades e Estados, enquanto caracterizei os outros casos – mais moderados e limitados – como “renovadores” de políticas públicas e defensores de novas ênfases⁵.

Após diversas reflexões em torno do que distingue essas esquerdas e do que as une, procurando explicar especialmente as razões de sua chegada ao poder, é chegada a hora de focar em seus governos, avançar num balanço e projetar perspectivas. Cabe antes de tudo definir como esses governos deveriam ser genericamente denominados. Logo se apresenta a tentação de estender a definição de esquerda dos partidos, líderes e movimentos que chegaram ao poder automaticamente aos governos. A partir da definição ampla de Bobbio (conferir nota 3), que leva em conta a ênfase na igualdade, deveria se avaliar se todos esses governos efetivamente enfatizam e avançam na resolução de problemas relacionados à redução das desigualdades políticas e (principalmente) sociais, enfrentando com sucesso a pobreza, miséria e (prioritariamente) as desigualdades. Isso levaria à necessidade de avaliar políticas, estabelecer

⁵ Com a seguida chegada ao poder de partidos, movimentos e lideranças de esquerda na América Latina, a literatura especializada começou logo a elaborar tipologias (desde Aristóteles, uma velha tradição politológica) para explicá-la. A mais comum é a que sugere a existência de “duas esquerdas”, uma “socialdemocrata” ou “democrata” e outra “populista” ou “autoritária”, proposta por alguns estudiosos com intenção quase sempre normativa, em que a primeira é vista como uma esquerda “boa” e a outra como “má”. Bons exemplos de tipologias desse tipo foram formulados por Castañeda (2006), Petkoff (2005) e Lanzaro (2009), entre muitos outros. Minha esperança era propor uma classificação que se afastasse das dicotomias defendidas por grande parte da literatura especializada, e para elaborá-la parti do pressuposto de que, num sentido mínimo, todas essas esquerdas são democráticas, e recusei, por outro lado, conceitos polissêmicos e acusatórios como o de “populismo”. Acredito que esses não constituem eixos apropriados para estruturar uma tipologia dessa natureza, sendo mais interessante destacar a gestação de projetos distintos, que se explicam pelas diferenças entre os atores e organizações, mas também por conjunturas, institucionalidades e temporalidades distintas. A diferenciação proposta procura não ser normativa, possui um caráter dinâmico, parte de bases distintas e reconhece as semelhanças entre os casos.

parâmetros e metas, para então determinar quais “mereceriam” ser considerados de esquerda. Essa não é a intenção desse trabalho.

Assim, é preferível adotar um termo suficientemente genérico, e venho utilizando a expressão “governos progressistas” para apontar-lhes uma unidade na diversidade. Aqui, “progressista” não deve adotar qualquer associação com seu significado primordial de “progresso”, “evolução”, e sim com “mudança”, “transformação” em relação ao *status quo* anterior, mais ou menos profunda de acordo com o caso e o tema em tela. Ou seja, em contraposição a “conservação”, ou a um retorno ao passado (“reacionarismo”, igualmente um movimento de mudança, mas com outras motivações). Esse termo vem sendo utilizado por alguns autores (conferir, por exemplo, Soares de Lima, 2008; Sader, 2009) e considero mais expressivo que o ainda mais genérico “novos governos”, utilizado por Moreira, Raus e Gómez Leyton (2008).

Assim, é chegada a hora de abordar essa que pode ser chamada uma “era progressista” na América Latina. Para isso, o artigo está estruturado da seguinte forma. Primeiro sugiro linhas que poderiam guiar a análise dos governos progressistas da região, exercício que se inicia timidamente entre a literatura especializada. Aqui aponto as modificações em torno do papel do Estado; da ênfase e redesenho das políticas sociais; da participação social no governo; e dos organismos de integração regional. Por fim, a partir de tudo que foi exposto, faço algumas prospecções acerca das possibilidades de reprodução dos governos progressistas.

2. A era progressista: balanço preliminar

As questões colocadas pela literatura especializada nos últimos anos visaram compreender a ascensão dessas esquerdas e suas diferentes manifestações. No entanto, é de se esperar que progressivamente o foco deva ser posto na análise mais concreta de suas experiências de governo. Na medida em que a onda de esquerda começar a refluir e novas alternativas forem surgindo (algo que ainda não se manifesta, mas que é natural num ambiente democrático), a necessidade de uma avaliação dessas experiências se imporá com ainda mais força. Assim, é razoável supor que a realização de um balanço do primeiro ciclo regional de governos oriundos das esquerdas na história da América Latina constituirá uma tendência

crescente na literatura especializada. Aponto a seguir, ainda que em caráter preliminar, alguns fatores que poderiam servir de núcleos centrais para a caracterização dos governos progressistas.

2.1. Redefinição do papel do Estado

Os governos progressistas de maneira geral realizaram uma “recuperação discursiva e prática (política) do Estado em termos de intervenção na vida do país” (Moreira, Raus, Leyton, 2008, p. 12). No bojo dessa recuperação, a ideia esposada na década anterior pelos governos neoliberais de uma intrínseca “perfeição” dos mecanismos de mercado vai dando lugar a um reconhecimento da necessidade de regular e complementar o mercado com a atuação estatal. Nesse processo, introduziram reformas e elementos heterodoxos em diversas áreas. Investigar essas novidades institucionais poderá ser uma interessante área de estudos para a literatura especializada, que poderá informar sobre as tentativas concretas de construir alternativas no dia-a-dia da gestão estatal e das práticas políticas.

Pode-se afirmar que todas as esquerdas que chegaram ao poder na América Latina são “reformistas” no sentido mais tradicional do termo, na medida em que todas chegaram ao poder pela via legal e, de uma forma ou de outra, governam dentro dos limites democráticos. Além disso, nenhuma delas caminha com clareza na direção da superação do sistema econômico-social capitalista. Nesse sentido, ambos os modelos de esquerda no continente se traduzem em processos de reforma. Mas alguns propõem reformas sem superar em definitivo o neoliberalismo, levam a cabo mudanças de ênfases e novos desenhos de políticas públicas. Outros propõem reformas articuladas com a meta de refundar o “Estado em torno da esfera pública, de modo a possibilitar a constituição de um novo bloco de forças no poder e o avanço na resolução da crise hegemônica na direção pós-neoliberal” (Sader, 2009, p. 129).

Aqui se localizam as diferenças entre os governos progressistas. As esquerdas aqui denominadas refundadoras se diferenciaram das renovadoras quanto à reconstrução da institucionalidade e à reconfiguração das relações de poder e de seus sistemas partidários, gestando uma nova estrutura estatal que entre outras características supera a lógica liberal clássica da divisão do aparato estatal em três poderes. Surgem novos poderes, propugnando participação popular, controle e transparência (conferir o ponto 2.3). As esquerdas refundadoras

adotam discursos e por vezes práticas mais “rupturistas” (enquanto as renovadoras se mostram mais “gradualistas”). Segundo Moreira, Raus e Leyton (2008), esses governos tenderiam a enfrentar com maior decisão práticas, pressupostos ideológicos e instituições legadas pelos governos neoliberais. Nesse sentido, seriam economicamente mais heterodoxos (especialmente a Venezuela).

Podem ser notadas estratégias econômicas distintas entre os dois grupos. Os renovadores procuram intervir no mercado por meio de mecanismos de regulação, novos investimentos (especialmente em infraestrutura), reuniões de concertação e políticas de apoio aos setores produtivos, e preservam com mais vigor elementos do “núcleo duro” das políticas econômicas da década anterior (em especial a estabilidade monetária e reconhecimento das privatizações realizadas nos anos 1990). Por sua vez, os refundadores procuram intervir mais ativamente no mercado, através de intervenções macroeconômicas mais abruptas (como no câmbio e no controle de preços); constituem novas empresas estatais e renacionalizam ou reestatizam empresas privatizadas anteriormente; de alguma forma nacionalizam a exploração de hidrocarbonetos⁶, mas também estatizam áreas e empresas em outros campos, especialmente na Venezuela (eletricidade, telecomunicações e siderurgia); e fomentam um novo espaço produtivo baseado em diversas modalidades de cooperativismo, autogestão, coletivismo – algo mais avançado mais uma vez na Venezuela. Caberia avaliar em trabalhos futuros até que ponto as estratégias econômicas desenvolvidas pelos governos progressistas (tanto os mais moderados quanto os mais radicais) poderiam ser caracterizadas como reedições de um desenvolvimentismo – o que já vem sendo chamado de “neodesenvolvimentismo” –, ou em que medida eles introduziriam elementos propriamente novos.

2.2. Ênfase nas políticas sociais

Como afirma Soares de Lima (2008), “políticas de inclusão social amplas e generosas constituem um elemento comum e definidor desses governos” (p. 13). Mas deve-se notar que são

⁶ Algo notável nos últimos tempos tem sido a radicalização nacionalista do governo argentino, aproximando-se dos refundadores (somente) nesse aspecto, procurando enfrentar mais ativamente o capital financeiro e o capital privado internacional, e culminando na renacionalização da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF, a companhia de petróleo argentina, privatizada durante o período neoliberal dos 1990).

políticas sociais que não constituem um retorno ao arremedo de Estado de bem-estar social, formatado por algumas nações latino-americanas ao longo do século XX e desmontado nas décadas anteriores. Essas políticas apontam em geral para investimentos sociais que não podem ser considerados como promotores de direitos, nem baseados em concepções universalistas:

a análise dos gastos sociais recentes mostra a grande atenção dada a políticas de transferência de renda. Partidos que na década de 1980 chegavam a defender a estatização, levando às últimas consequências a universalização dos serviços públicos, até o momento têm mostrado que seguem a tendência da focalização. (...) Em comum, apesar da utilização de políticas focalizadas que contam com um componente monetário, eles apresentam esforços de alcance de um gasto mais progressivo, numa relação inversa à renda (Sant'Anna, Pereira da Silva, 2008, p. 175).

Cabe dizer que o período de grande queda dos investimentos sociais (considerando políticas sociais, saúde e educação) se deu na década (“perdida” também aqui) de 1980, com o auge do esgotamento do modelo Estadocêntrico anterior e do desenvolvimentismo cepalino (Garretón et al, 2007). Nos anos 1990, os governos neoliberais recuperaram os gastos em relação ao período anterior, mas dessa vez principalmente com o desenvolvimento de políticas focalizadas e temporárias de transferência de renda. O curioso é que de forma geral os governos progressistas não superaram essas políticas – as mantiveram e ampliaram. Em alguns casos (como o Bolsa Família brasileiro) foram expandidas para uma base muito mais ampla, ainda que sem apontar para a universalização, constituição de novos direitos e institucionalização mais definitiva. Ou seja, seguem sendo políticas focalizadas, temporárias e de governo.

Talvez as únicas modalidades de políticas sociais na região que não se encaixem nessa perspectiva sejam as Missões venezuelanas. Elas começaram como respostas pontuais e emergenciais à situação periclitante do governo Chávez entre o golpe e as paralisações de 2002-2003 e o referendo revogatório de 2004, e acabaram se tornando políticas governamentais lançadas com diversos objetivos, e agora contadas às dezenas. Assim como as outras, elas são concebidas de forma não definitiva, e se apresentam como políticas de governo. Mas em alguns casos assumem caráter universal ou semiuniversal, com o intuito de efetivamente garantir direitos sociais reconhecidos constitucionalmente (como a erradicação do analfabetismo ou a atenção médica para todos). Além disso, na sua institucionalização assumem características distintas, com maior envolvimento da sociedade organizada, e em alguns casos apoio internacional e das Forças Armadas Bolivarianas. Na sua concepção, parecem buscar inspiração

tanto nas missões de cunho militar, quanto nas massivas campanhas mobilizadoras dos regimes cubano e nicaraguense – em ambos os casos, uma meta definida a ser cumprida em prazo determinado, mediante mobilização específica.

Quanto a resultados, os indicadores sociais desde o estabelecimento dos governos progressistas apresentam consideráveis avanços. Não será possível aqui medir até que ponto essa melhora deriva do impacto dos programas sociais, ou de outros fatores também notados na última década, como o aumento da escolaridade ou o crescimento econômico. Partindo do suposto de que todos esses fatores exerceram algum impacto nos resultados, o que importa é destacar que todos os países em questão tiveram avanços moderadamente positivos. Este aspecto foi analisado detidamente em Sant’Anna e Pereira da Silva (2008), e pode-se dizer que desde então não houve mudanças de rota, mesmo com os moderados impactos que a crise econômica mundial exerceu sobre a região nos anos de 2009 e 2010. Grosso modo, a desigualdade social (levando-se em conta o índice de Gini) vem se reduzindo na região lentamente ao longo dos últimos anos. A redução da desigualdade foi quase constante na Venezuela (especialmente a partir de 2004), Brasil, Argentina, Equador, El Salvador, Paraguai (com exceção de 2010) e Uruguai, e se estagnou durante o governo de Bachelet no Chile. Faltam dados mais recentes acerca da Bolívia e da Nicarágua – mas nota-se uma estagnação nos primeiros três anos de governo de Morales (talvez devido à situação de forte instabilidade, assim como nos primeiros anos de governo de Chávez). Por outro lado, governos que poderiam ser considerados conservadores assumem tendências mais erráticas: aumento na Costa Rica e em El Salvador (antes da chegada de Funes ao poder), oscilação na Colômbia e no México (com redução mais recente em ambos), redução no Peru.

Enquanto isso, a pobreza e a miséria têm apresentado uma redução mais vistosa (considerando-se a porcentagem da população abaixo da linha de pobreza nacional), caindo consistentemente na Argentina, no Brasil, no Equador, no Paraguai e no Uruguai, sempre a partir do início dos governos progressistas. Na Venezuela, notou-se queda geral, porém mais concentrada entre os anos de 2004 e 2008 (auge da implantação das Missões), com relativa estagnação antes e depois. Mais uma vez, faltam dados mais recentes acerca da Bolívia e da Nicarágua, com uma queda da pobreza medida no princípio do governo de Morales. Governos conservadores apresentam tendências mais erráticas nesse aspecto: houve aumento da pobreza

nos últimos anos em países como Costa Rica e México, estagnação em Honduras, República Dominicana e El Salvador (até a chegada de Funes ao poder), e redução na Colômbia e no Peru. Esses dados são apresentados detalhadamente nos quadros a seguir.

Quadro 2: Índice de Gini

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina *						0,578	...	0,578	0,558	0,549	0,510	0,509	0,492	0,475
Bolívia								0,561	0,565	...	0,508	...	0,472	...
Brasil						0,634	0,621	0,612	0,613	0,605	0,590	0,594	0,576	...	0,559	0,567
Chile		0,560	...	0,564	0,552	0,522	0,524	...	0,516	...
Equador										0,527	0,540	0,504	0,500	0,495	0,460	0,468
El Salvador								0,493	0,478	0,454	...	0,437
Nicarágua									0,532	0,478
Paraguai											0,548	0,529	0,512	0,533	0,546	...
Uruguai								0,464	0,451 **	...	0,456	0,445	0,433	0,422	0,402	0,379
Venezuela	0,507	...	0,498	0,468	0,486	0,500	...	0,470	0,490	0,447	0,427	0,412	0,416	0,394	0,397	0,405

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e do Banco Mundial: <http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas> e <http://datos.bancomundial.org>. Para cada país são apresentados todos os dados existentes dos respectivos períodos em que as esquerdas governaram, incluindo o dado disponível imediatamente anterior (para efeito de comparação). Índice de Gini: 1 indicaria desigualdade econômica absoluta numa dada sociedade, e 0 indicaria igualdade absoluta.

*Dados referem-se apenas à população urbana.

**Até esse ano os dados referem-se apenas à população urbana.

Quadro 3: Indicadores de pobreza

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina *						45,4	...	34,9	30,6	24,8	11,3	8,6	5,7	4,3
Bolívia								63,9	54,0	...	42,4	...	36,3	...
Brasil						37,8	38,7	37,8	36,4	33,4	30,2	25,8	24,9	...	20,9	18,6

Chile		21,7	...	20,2	18,7	13,7	11,5	...		
Equador										43,0	42,6	42,7	42,2	39,1	35,3	32,2
El Salvador								47,5	47,9	46,6	...	45,3
Nicarágua									61,9	58,3
Paraguai											60,0	56,9	56,0	54,8	49,6	...
Uruguai								20,9	18,8 **	...	17,7	13,7	10,4	8,4	6,5	5,9
Venezuela	48,0	...	49,4	44,0	44,4	48,6	...	45,4	37,1	30,2	28,5	27,6	27,1	27,8	29,5	23,9

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e do Banco Mundial: <http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas> e <http://datos.bancomundial.org>. Para cada país são apresentados todos os dados existentes dos respectivos períodos em que as esquerdas governaram, incluindo o dado disponível imediatamente anterior (para efeito de comparação).

*Dados referem-se apenas à população urbana.

**Até esse ano os dados referem-se apenas à população urbana.

Quadro 4: Indicadores de indigência

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina *						20,9	...	14,9	11,9	9,6	3,8	2,8	1,9	1,7
Bolívia								34,7	31,2	...	22,4	...	18,7	...
Brasil						12,6	14,0	12,2	10,7	9,0	8,6	7,3	7,0	...	6,1	5,4
Chile		5,6	...	5,6	4,7	3,2	3,6	...		
Equador										16,1	16,0	18,0	18,1	16,4	13,8	12,9
El Salvador								19,0	17,3	16,7	...	13,5
Nicarágua									31,9	29,5
Paraguai											31,4	30,1	30,4	30,7	28,0	...
Uruguai								4,7	4,1**	...	3,0	3,4	1,9	1,4	1,1	1,1
Venezuela	20,5	...	21,7	18,0	17,9	22,2	...	19,0	15,9	9,9	8,5	9,9	9,8	10,7	11,7	9,7

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e do Banco Mundial: <http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas> e <http://datos.bancomundial.org>.

Para cada país são apresentados todos os dados existentes dos respectivos períodos em que as esquerdas governaram, incluindo o dado disponível imediatamente anterior (para efeito de comparação).

*Dados referem-se apenas à população urbana.

**Até esse ano os dados referem-se apenas à população urbana.

2.3. *Participação social*

As esquerdas que deram origem a esses novos governos progressistas na América Latina defenderam nas últimas décadas noções de democracia que, sem abandonar as instituições e procedimentos da representação tradicional, propõem seu “aprofundamento” através da abertura para o envolvimento e participação da sociedade. Hoje são numerosas, na América Latina e alhures, e especialmente ao nível local, as tentativas de se buscar tal renovação da democracia representativa – em sua maioria, realizadas pela “nova esquerda”, e propondo uma “ampliação do conceito de política mediante a participação cidadã e a deliberação nos espaços públicos” (Dagnino, Olvera, Panfichi, 2006, p. 17). Por vezes essas tentativas vão mais longe, passando da descentralização e do incremento da participação e do controle dos representantes pelos representados para a defesa de mecanismos de democracia direta⁷.

Caberia esperar então que essas esquerdas estivessem estabelecendo novas iniciativas e mecanismos de participação, uma vez no controle do aparato estatal. E pode-se efetivamente notar nos últimos anos um aumento da “porosidade” estatal nos países com governos progressistas. Estabeleceram-se distintas formas de participação, e ainda mais mecanismos de transparência e controle em outros. Uma iniciativa relativamente original tem sido o desenvolvimento no Brasil de conselhos setoriais nacionais de participação (sendo o principal o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), e de conferências setoriais nacionais. Tanto os conselhos quanto as conferências existem pontualmente na tradição institucional do Estado brasileiro, sendo incorporadas pela Constituição de 1988. No entanto, é inegável que ambas as iniciativas foram incrementadas desde o princípio do governo Lula, tornando-se políticas de governo e podendo ser vistas como métodos próprios de fomento de diálogo e participação social a nível nacional consolidados nos últimos anos (Avritzer, 2010).

⁷ Há toda uma literatura que trata do tema, mas remeto prioritariamente a Santos (2003); Dagnino, Olvera, Panfichi (2006); Silva, Cunha (2010); e Avritzer (2010 e 2011).

Ademais, esses modelos distinguiriam o caso brasileiro de outras recentes experiências latino-americanas de participação. Por um lado, o que se poderia considerar um “conselhismo de base”, incrustado na institucionalidade nacional, remontando às tradições socialistas dos séculos XIX e XX, e que se traduz nos Conselhos Comunais (CC) da Venezuela – e em certa medida nos Conselhos do Poder Cidadão (CPC) da Nicarágua. Por outro lado, as instituições nacionais de fomento de participação, prestação de contas e controle cidadão, como o Ministério de Transparência e Luta contra a Corrupção na Bolívia ou o Conselho de Participação Cidadã e Controle Social no Equador. As duas modalidades poderiam ser consideradas mais aprofundadas que a experiência nacional brasileira, e são vistas por seus construtores como constituindo um “quarto poder”, transformando a lógica liberal clássica de divisão do aparato estatal em três poderes. Esses mecanismos podem assumir por vezes capacidades mais marcadas de cogestão, aí incluída a atuação no desenho de políticas públicas e elaboração de planos nacionais na Bolívia e no Equador, e mesmo a execução de obras, programas sociais, prestação de serviços públicos e gestão de empresas públicas na Venezuela. Mas no geral, parece prevalecer até aqui a ênfase em torno dos temas de controle e transparência das políticas públicas.

Nesse sentido, pode-se concordar com Moreira, Raus e Leyton (2008) quando eles afirmam que os governos aqui chamados de refundadores valorizariam mais as relações com as organizações sociais e a interpelação de identidades coletivas (principalmente o “povo” e a “nação”) do que individuais (como o “cidadão”). Além disso, procurariam se basear mais na mobilização de manifestações de apoio popular e nas relações diretas com a população do que em partidos, e possuiriam clara vocação “hegemonista” (por vezes mais impositiva que negociadora). Nesse sentido, a política desses países demoraria a se normalizar. Esses governos efetivamente gerariam uma forte polarização política baseada no apoio ou oposição a eles, que, no entanto, não se traduziu ainda em novos sistemas partidários estáveis, especialmente por parte da oposição. Adicionalmente, os refundadores seriam mais “decisionistas”, possuindo uma maior tentação na direção da centralização do poder – sem que isso signifique “transbordar as formas e os limites da democracia” (p. 18), como quer sugerir boa parte da literatura especializada (conferir minha crítica a essa literatura em Pereira da Silva, 2011).

No entanto, pode-se sugerir certa especificidade no que tange às elaborações venezuelanas em torno do “poder popular” e do “socialismo do século XXI”, bem como à

instituição dos CC. Ainda que de forma inconclusa, o caso venezuelano parece apresentar desde 2006 ecos de uma transformação mais profunda das concepções democráticas e desenhos institucionais, na qual um novo poder microlocal alternativo começa a assumir funções de prestação de serviços e funções públicas – enquanto na Bolívia e no Equador os mecanismos de participação seguem atuando prioritariamente como espaços de consulta, pressão e *accountability* vertical. Resta saber se esse novo espaço de poder comunal preserva autonomia em relação ao poder central, e se tem capacidade decisória sobre o desenho de políticas e projetos nacionais. Ao que parece, ele ofereceria poder apenas ao nível do desenho e (principalmente) implementação e gestão de políticas e serviços microlocais, adicionalmente centralizando a cidadania (não somente a chavista) e movimentos sociais numa estrutura piramidal, sob o comando da Presidência. O elemento de controle do Estado sobre a sociedade seria nesse caso hipoteticamente mais destacado do que o da sociedade sobre o Estado – baseado na radicalização de um indefinido discurso socialista. Os CC são iniciativas tomadas desde o Estado, de cima para baixo, e poderiam eventualmente refletir expectativas de controle e aprofundamento dos laços diretos entre a liderança e a base social (conferir Jungemann, 2008; García-Guadilla, 2009). No entanto, se deve levar em conta igualmente a capacidade de apropriação e ressignificação desses espaços por parte dos setores populares, configurando assim uma via de mão dupla na relação Estado/sociedade – não apenas de controle da sociedade pelo Estado, mas também de influência social sobre o Estado e empoderamento microlocal.

2.4. Mecanismos de integração regional

Outro fator de aproximação entre os governos progressistas poderia ser sua atuação internacional, distinta em comparação ao período anterior. Em certo sentido, eles buscaram uma maior autonomia em relação a organismos internacionais – como o Fundo Monetário Internacional (FMI) –, e em alguns casos uma maior inserção nas discussões em torno da regulação global. Nas relações internacionais, buscaram alternativas econômicas e políticas ao peso da influência norte-americana, incrementando suas relações com a União Europeia, os países “emergentes” e a periferia global. Por fim, bloquearam na prática o projeto de integração econômica continental (Aliança de Livre Comércio das Américas, ALCA) que era proposto

pelos EUA quando a onda rosa começou a se formar. Com o bloqueio a esse projeto, prevaleceram por parte dos governos progressistas iniciativas na direção de maior integração regional, enquanto governos de signo mais conservador entraram em negociações de acordos bilaterais de livre comércio (TLCs) com os EUA, ainda que sem abandonar de todo eventuais inserções nos mecanismos de integração regional.

Os governos progressistas defenderam mudanças na direção de novas ênfases nos organismos de integração regional pré-existentes. Isso é evidente quanto ao Mercado Comum do Sul (Mercosul). Seus primeiros anos foram marcados pela ênfase comercial, o que se relaciona com o auge das políticas neoliberais nos anos 1990 vivenciado em seus Estados partes e na América Latina de maneira geral. O que havia sido pensado nos anos 1980 (inicialmente por Argentina e Brasil) com mais conteúdo político-estrutural – apoio para consolidar processos de redemocratização, contornar o quase nulo crescimento econômico da “década perdida” e superar desconfianças históricas – se encheu, quando efetivamente materializado nos anos 1990, de forte conteúdo mercantil. Isso derivou na prática não na constituição de um mercado comum, mas de uma união aduaneira (ademais “imperfeita”, com diversas exceções tarifárias e dificuldades de todo tipo para a circulação humana) e na ampliação das trocas comerciais entre países do bloco, convivendo com acordos comerciais entre seus integrantes e parceiros externos. Isso à época marcou todos os organismos latino-americanos de integração regional, e se convencionou chamar de “regionalismo aberto”: “uma expressão contraditória, já que o primeiro termo sinaliza uma preferência pela região, e o segundo nega ou qualifica esta mesma orientação” (Soares de Lima, Coutinho, 2006, p. 1).

A partir do final dos anos 1990, o neoliberalismo deu seus primeiros sinais de esgotamento, manifestado, por exemplo, pelo abandono da âncora cambial e desvalorização do real no Brasil em 1999, ou pela crise política e econômica na Argentina em 2001 e 2002 – sem falar da piora dos indicadores sociais na região. Nesse mesmo período, começaram a surgir críticas progressivamente mais enfáticas à natureza “comercialista” mercosulina, ao mesmo tempo em que circularam avaliações acerca de um “esgotamento” do bloco, bem como das “vantagens” em seu abandono (tanto da parte de setores mais críticos de esquerda quanto de setores neoliberais extremados). No entanto, com a ascensão dos governos progressistas, houve certo relançamento e movimento de reformas do bloco, enquanto “Mercosul social e

participativo”: a política assumiu maior espaço na agenda de discussões, com maior diálogo intergovernamental e setorial e intervenção conjunta na arena internacional; foram feitos esforços na direção de uma integração física e produtiva, com espaço para o tema da redução de assimetrias; houve um incremento nas discussões e iniciativas na área da cultura e do intercâmbio de políticas sociais; e foram ensaiados mecanismos de integração cidadã e incremento da participação social. Entretanto, do discurso à prática ainda falta considerável caminho. O Mercosul parece vivenciar uma “crise de maioridade”, que poderia ser simbolizada por dificuldades como a crise da suspensão do Paraguai e entrada da Venezuela; os impasses comerciais entre Argentina e Brasil; e a insuficiência e paralisia de seus mecanismos representativos, participativos e geradores de uma cidadania mercosulina (como o Parlamento do Mercosul).

Além da mudança de ênfase em organismos pré-existentes, os referidos governos assumiram papel protagonista na construção de novos mecanismos de integração regional, com ênfase mais política, como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). São iniciativas das quais participam respectivamente todos os Estados da América do Sul e da América Latina e Caribe, e vêm servindo para a articulação de posições comuns. Caberia por fim mencionar uma iniciativa dos refundadores (com a participação de países menores da América Central e Caribe) que pretende estabelecer novos paradigmas na integração regional: a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP). Esse organismo prevê trocas solidárias (não capitalistas) entre seus membros, redução mais significativa de assimetrias e maior horizontalidade nos debates e decisões. No entanto, ainda é difícil notar avanços efetivos nessa quebra de paradigmas, e não se pode afirmar que ela apresenta resultados mais substantivos que os das outras iniciativas de integração.

3. Perspectivas de reprodução do progressismo

Agora que algumas características dos governos progressistas foram analisadas, pode-se notar que elas apresentam matizes variados de acordo com o tema avaliado e com o governo. Mas se deve considerar que houve mudanças, em alguns casos de grau, em outros de abandono

de paradigmas (ainda que sem grande clareza do que estaria substituindo-os). Levando em conta essas mudanças e o relativo sucesso em alguns aspectos (redução da pobreza e desigualdade notoriamente), pode-se partir, como forma de concluir essas reflexões, para a arriscada tarefa de discutir as perspectivas de reprodução da onda rosa e seus governos progressistas.

Quando a crise econômica global (ainda não debelada totalmente) começou a se manifestar, poder-se-ia cogitar que ela afetaria o desempenho e a avaliação dos governos progressistas, e seria o estopim da reversão dessa tendência regional. Em suma, a crise poderia levar a cidadania a punir os governantes de turno (mesmo que não tivessem responsabilidade com relação a ela, na medida em que seu epicentro se localizou nos países centrais), e incrementaria a instabilidade institucional da região. No entanto, não foi o que ocorreu. A crise global não afetou tão fortemente a América Latina quanto se poderia esperar quando ela eclodiu em 2008. Ela efetivamente se manifestou na região, especialmente nos primeiros meses de 2009. No entanto, grande parte dos países latino-americanos pôde superá-la após a implantação de diversas medidas anticíclicas. Países como a Bolívia e o Equador não chegaram sequer a entrar em recessão, enquanto outros como o Brasil retomaram o crescimento após um período curto de recessão.

Entretanto, sugiro que começa a ser notado um fenômeno que não guarda relação direta com a crise mundial, mas com fatores mais propriamente endógenos: esses países estariam vivenciando os primeiros sinais do esgotamento de seus modelos econômicos “híbridos”, constituídos (como se viu) por diferentes níveis e formas de mesclas entre políticas neoliberais preservadas ou reformadas e elementos heterodoxos neodesenvolvimentistas ou de novo tipo. Tais sinais de esgotamento seriam a dificuldade em relançar níveis de crescimento estáveis e próximos aos observados na década anterior; os rebotes de inflação; e a redução da capacidade de investimento em infraestrutura. Os problemas começam a surgir tanto nos países que preservaram mais elementos das políticas econômicas anteriores quanto nos que puderam buscar inovar com maior decisão.

Um exemplo de dificuldades é a Venezuela, atingida pela crise tardiamente, em 2010, especialmente pela queda dos preços internacionais do petróleo – principal elemento de sustentação do Estado venezuelano, que não conseguiu superar até aqui o rentismo que o caracteriza desde o princípio do século XX. O país enfrentou problemas de recessão, inflação e

crise energética, e após recuperar o crescimento econômico (mais uma vez parcialmente explicável pela retomada do valor do petróleo no mercado internacional), se vê às voltas com a crise política originada da doença e morte de Chávez e da eleição por estreita margem de Maduro. Esse não é um tema de pouca monta, considerando-se que desde o início do processo refundador, Chávez serviu como o intérprete, articulador, símbolo e intelectual orgânico de sua heterodoxa base de sustentação e de seu projeto de transformação (por sua vez sempre em transformação). Evidencia-se a dificuldade para substituir sua liderança, e a partir daí pode-se questionar a capacidade de reprodução do processo para além da existência física do líder – o que no curto ou médio prazo pode levar a uma nova crise hegemônica e novo empate catastrófico.

Aqui cabe destacar e estender a reflexão tanto em torno do rentismo quanto do peso da liderança. O caso venezuelano, que não soube reverter sua situação de dependência em relação ao petróleo, seu principal item de exportação e financiador de crescentes importações e de programas sociais, deveria servir de alerta à região, que passa até certo ponto por um processo de “reprimarização” (Domingues, 2009). Mas especialmente a países que buscaram nacionalizar e se apropriar da renda dos hidrocarbonetos como parte da solução de seus problemas, como a Bolívia e o Equador (Weyland, 2009). Estes não devem procurar assumir as características estruturais de rentismo, e sim aumentar a diversidade de suas cadeias produtivas e energéticas, além de preservar e desenvolver mecanismos que os permitam tomar medidas anticíclicas, numa situação de incerteza quanto à duração da crise global que segue tendo desdobramentos. Quanto ao tema da liderança, sugiro que especificamente na Venezuela e no Equador o empate catastrófico surgido no bojo da crise hegemônica teria resultado em fenômenos de lideranças heroicas que constituiriam formas de “cesarismo progressista”⁸, constituindo um elemento a ser considerado numa avaliação da capacidade de reprodução de seus projetos⁹.

Como se viu, nos últimos processos eleitorais, as vitórias associadas às esquerdas foram numerosas, sugerindo que a onda rosa continua percorrendo a região. O que se pode notar é sua moderação, na medida em que governos constituídos mais recentemente como os de Lugo e

⁸ Segundo Gramsci, “o cesarismo é progressista quando sua intervenção ajuda a força progressista a triunfar, ainda que com certos compromissos e acomodações que limitam a vitória” (2002, v.3, p. 76).

⁹ Difícil imaginar que Maduro possa exercer essa mesma função sócio-histórica. Caberia esperar que o novo líder viesse a atuar no sentido de institucionalizar, “normalizar” o regime e seus avanços obtidos até aqui.

Funes seguiram caminhos mais próximos de referências como a brasileira ou a uruguaia – confirmando o esgotamento do ciclo de crises hegemônicas e revoltas populares, manifestado em parte da região no final dos anos 1990 e princípio dos anos 2000. Por outro lado, se estabeleceram novos governos de centro-direita na região, como o de Sebastián Piñera no Chile (já concluído, entretanto, com nova vitória de Bachelet)¹⁰ e o de Juan Manuel Santos na Colômbia. Pode-se afirmar de modo geral que a tendência política da América Latina é de estabilidade, com o ciclo progressista ainda predominando. Porém, convivendo com uma nova direita, mais moderada, realizadora eventualmente de algumas políticas anticíclicas e de programas sociais não tão distintos dos de seus pares, que volta a buscar diálogo e inserção na região (sem abandonar negociações de acordos comerciais com os países centrais, como demonstra a constituição da Aliança do Pacífico). Da mesma forma que as novas esquerdas não superaram totalmente o legado neoliberal dos anos 1990, preservando alguns de seus aspectos e combinando-os com elementos progressistas, pode-se esperar que essa “nova direita” mantenha características da era progressista – não podendo exatamente reeditar o neoliberalismo, nem muito menos seu majoritário autoritarismo anterior. Assim, minha sugestão é que nos próximos anos vá se travar uma batalha entre a “nova esquerda” e uma “nova direita”, que não necessariamente deverá encontrar um claro vencedor. Ambas podem conviver e se alternar no poder, dependendo dos desdobramentos do sugerido esgotamento dos modelos econômicos híbridos levados a cabo pelos governos progressistas.

A expectativa é que uma terceira corrente não se junte a essas duas. Essa terceira tendência seria uma nova versão de autoritarismo latino-americano, que poderia se manifestar nos países mais instáveis da região através da modalidade de “neogolpismo” (Tokatlian apud

¹⁰ Esse é o caso mais chamativo, por significar o fim de duas décadas de governos da Concertação (desde a transição democrática em 1990). Esse resultado poderia ser atribuído antes de tudo ao esgotamento da coalizão. De certa forma, seu “sucesso” a teria matado, na medida em que sua razão de ser foi em primeiro lugar realizar a transição e, na sequência, melhorar os indicadores sociais legados pela ditadura, “humanizar” o modelo chileno. Pode-se sugerir que na medida em que essas metas foram alcançadas a coalizão não soube reinventar seu projeto, ir além dele. O governo de Bachelet (e sua aprovação popular) poderia ser entendido como o ponto máximo ao qual a aliança pôde chegar, e ao mesmo tempo o princípio de sua dissolução. A ascensão de Bachelet, até então sem projeção na máquina partidária do PSCh, já havia sinalizado nesse sentido, na medida em que ela constituiu um fenômeno de popularidade que, ao fim e ao cabo, os partidos da Concertação tiveram que aceitar. Chegando ao poder, ela governou prescindindo deles, em meio a um crescente descontentamento da cidadania em relação à política (Huneus, 2010). Finalmente, enquanto os partidos de esquerda e centro se viram imersos em graves crises e divisões internas e presenciaram o esgotamento do projeto concertacionista, a direita parece ter conseguido se “reinventar” ao menos parcialmente, afastando-se do legado pinochetista, buscando alianças ao centro e a modernização de seu discurso, calcado em propostas de mudança, aumento do emprego e eficiência administrativa.

Soares de Lima, 2012), formas de golpes de Estado aparentemente institucionais¹¹. Isso se manifestou em junho de 2009 em Honduras, quando o presidente Manuel Zelaya, inicialmente liberal, mas convertido posteriormente em aliado de Chávez, foi derrubado pelos militares com o apoio e participação da maior parte dos políticos locais, que realizaram através do Congresso uma destituição sumária do presidente, quando este já se encontrava capturado e expulso do país por setores militares. A razão alegada pelos golpistas foi a pretensão do presidente de realizar uma consulta popular (sem caráter vinculante) acerca da possibilidade de reeleição. Processo semelhante ocorreu no Paraguai em junho de 2012, quando o presidente Lugo sofreu processo sumário de impeachment, aparentemente amparado na vaga Constituição paraguaia, mas com evidentes características de destituição. Ambos os processos foram motivados pela intenção das oligarquias políticas e grandes proprietários de terra (apoiados por setores conservadores como as Forças Armadas, a Igreja Católica e grande parte da imprensa) em brechar processos relativamente moderados de mudança, e de se reapropriar do aparato estatal. Aqui definitivamente não há uma “nova direita”, e sim sua velha versão, não reciclada.

Para concluir, considerando que o ciclo progressista não será eterno, pode-se discutir o legado que ele poderia deixar em longo prazo. Começo pelos refundadores. Referi-me à crise de hegemonia manifestada em países como a Venezuela, o Equador e a Bolívia, que estiveram no centro do surgimento de alternativas refundadoras, propugnadoras de uma reorganização da política. Afirmo que nos dois primeiros essa crise de hegemonia foi parcialmente superada através de um processo de transformações que assumiu características mais fluidas e inorgânicas, sustentado na figura de um “César” progressista e democrático. Já na Bolívia, apesar de certos aspectos de arbitragem contidos também na liderança de Morales e na atuação do MAS, os novos grupos sociais e políticos no poder são os que mais poderiam ser tratados como construtores em potencial de um novo “bloco histórico”, que nada mais é do que a identificação concreta e sem contradições de fundo entre novos conteúdos econômico-sociais e novas formas ético-políticas (Gramsci, 2002, v. 1, p. 308), estabelecendo-se novos consensos e uma etapa mais sustentável de estabilidade e reprodução de expressões econômicas, sociais e políticas.

¹¹ Suas “características seriam: menor uso da violência que no passado; liderança civil, podendo contar com participação indireta dos militares; manutenção de alguma aparência institucional; ausência da participação ostensiva de uma potência (EUA); e o objetivo de resolver de forma rápida algum tipo de impasse social ou político grave” (Soares de Lima, 2012, p. 1).

Assim, a chave seria a capacidade dos refundadores em passarem das novas hegemonias obtidas por eles à efetiva construção de um novo bloco histórico. Se o caso boliviano se caracterizaria por sua organicidade, enquanto o caso venezuelano e o equatoriano constituiriam fenômenos de cesarismo progressista, no primeiro as novas instituições e projetos teriam maior potencial de desenvolvimento e reprodução. A construção ideológica desse projeto sempre se equilibrou entre tendências indigenistas, nacional-populares e de esquerda “tradicional” (Pereira da Silva, 2009). Sugiro que nessa complexa equação as correntes e propostas nacional-populares vêm se impondo – e afastando setores periféricos da aliança de poder, tais como os indígenas do Oriente e a intelectualidade progressista. Com isso, vem se manifestando crescentemente um projeto neodesenvolvimentista, que curiosamente se associa a interesses perfeitamente materialistas e “ocidentalistas” do principal movimento indigenista associado ao governo, os cocaleiros, que exigem apoio estatal, conexões com os grandes centros urbanos, escoamentos para sua produção e colonização de novas terras. E que encontra igualmente afinidades ideológicas com projetos de referentes da esquerda, como o vice-presidente Álvaro García Linera e seu “capitalismo andino-amazônico”¹².

Agora que se manifestam enfrentamentos internos entre setores camponeses indígenas e urbanos originariamente do Altiplano de um lado, com povos indígenas do Oriente por outro¹³, coloca-se no centro do processo uma tensão entre nacionalização e desenvolvimento industrial estatalmente orientado, em contraposição a valores de preservação da natureza e do “viver bem”. Para García Linera (2011), esse dilema seria desnecessário, na medida em que a pretensa “industrialização popular” que ora começa deve respeitar o meio-ambiente, sendo essencialmente distinta da exploração da natureza do modo capitalista. Só o tempo dirá se essa formulação apresenta alguma sustentação na realidade. Mas o ponto a ser destacado é que o neodesenvolvimentismo parece estar se impondo como denominador comum entre distintos

¹² Este advoga ou prevê uma etapa de desenvolvimento capitalista de Estado, valorizando o comunitarismo, a pequena produção e a diversidade étnico-cultural, antes do socialismo de novo tipo (“socialismo comunitário”) baseado nas tradições comunitárias originárias (García Linera, 2010).

¹³ Dos quais as disputas ocorridas em 2011 em torno da construção (finalmente cancelada pelo governo central) de uma estrada cruzando o Território Indígena e Parque Nacional Isidoro Sécuré (TIPNIS) foi apenas o evento mais dramático. Para Vadillo Pinto (2011), as diferenças entre aimaras e quéchuas que buscam terras para assentamentos nas regiões do Oriente e amazônicas, e povos indígenas das terras baixas que demandam o reconhecimento oficial dos seus territórios como “espaços de vida” e não de produção agrícola tendem a se aprofundar. Tais diferenças não seriam de origem étnica, cultural ou geográfica, e sim econômicas e classistas.

setores: médios e pequenos produtores, setores indígenas mais “ocidentalizados”, elementos burgueses associados ao Estado, forças armadas – isolando agora, mas talvez agregando mais tarde de alguma maneira os setores burgueses do Oriente, dinâmicos, mas incapazes de construir um projeto nacional alternativo de poder e construção de hegemonia.

Equação semelhante poderia se estabelecer na Venezuela e no Equador, mas a falta de organicidade dos dois processos dificulta sua estabilização. Na Venezuela, buscou-se em certo momento radicalizar na direção da constituição de novos espaços de produção (circuitos de produção coletiva, cooperativas e trocas solidárias apoiadas pelo Estado) e de poder (começando pelos CC), concebidos como paralelos ao circuito capitalista de produção e de troca e à arquitetura de poder tradicional. Isso levou à redução da base de apoio governamental, algo indicado pela derrota no plebiscito em torno da reforma constitucional em 2007. Desde então se procurou avançar moderadamente no que tange ao projeto de “socialismo do século XXI”, mas principalmente se apostou na continuidade no poder com a aprovação da reeleição indefinida em 2009, a partir da percepção de que Chávez era mais popular e aglutinava mais apoios do que qualquer projeto¹⁴. Aposta arriscada, que pode levar ao bloqueio do processo de mudanças agora que se confirmou o desaparecimento físico do “comandante”.

Por sua vez, Correa chegou ao poder como tradutor dos anseios de um movimento opositor difuso e semiespontâneo, um amálgama de setores oriundos de diversas correntes de esquerda, de cidadãos independentes e de organizações e ONGs que lutavam por ética na política e contra a “partidocracia”. Ou seja, um processo com algumas características semelhantes ao ocorrido na Venezuela. No Equador, o novo Estado assume características verticalistas no diálogo com movimentos e setores mais pulverizados, enquanto o movimento social mais organizado (o indígena) lhe faz oposição aberta. Em suma, Correa foi

eleito como alternativa tanto à velha oligarquia quanto à nova direção popular, pelo que chega ao poder politicamente isolado. (...) A nova Constituição equatoriana é muito avançada, garante o reconhecimento de direitos indígenas e cria muitas formas de participação popular, mas o presidente está enfrentado com uma parte substantiva do movimento indígena na visão do desenvolvimento e da representação política. O avanço simbólico não se traduz até aqui em democratização para os de baixo devido a esta peculiar confrontação de projetos (Olvera, Chaguaceda, 2010, p. 3).

¹⁴ “Chavismo”, “bolivarianismo” e “socialismo do século XXI” são expressões distintas, que podem confundir-se muitas vezes, mas também separar-se e agregar bases de apoio diferenciadas (conferir Seabra, Pereira da Silva, 2010).

Por fim, nos países de governos progressistas mais moderados, é provável que elementos do paradigma neoliberal permaneçam por mais tempo no repertório dos blocos de poder que vão se configurando, mesclados a propostas mais ou menos alternativas e heterodoxas. Esses governos obtêm hegemonia a partir da renovação dos blocos de poder anteriores, agregando novos setores (por exemplo, pequenos e médios produtores, elites sindicais operárias e estatais e parte da intelectualidade progressista), e estabelecendo novas ênfases (por exemplo, maior apoio ao capital produtivo em detrimento do financeiro). Renovam os blocos de poder, reconstróem hegemonias, mas a partir das configurações pré-existentes¹⁵. Esses governos mais moderados não transformaram seus sistemas políticos e sociedades de cima a baixo, mas poderiam ser reconhecidos mais adiante como inauguradores de um lento, porém consistente processo de enfrentamento dos problemas sociais e de reinserção internacional de seus países. Não se poderia esperar mais deles. No entanto, eles terão maiores chances de sobreviver e se renovar na medida em que pudessem superar diversas dificuldades interligadas, tais como o princípio de esgotamento de seus modelos econômicos, as tendências à reprimarização e as dificuldades na inserção internacional e integração regional. Enfrentar essas questões seria menos difícil se houvessem maiores brechas para a inovação e a comunicação desses regimes com suas sociedades. Porém, como os protestos ocorridos no Brasil em meados de 2013 parecem dramaticamente indicar (e como já se viu no Chile ao final do ciclo da Concertação), sistemas políticos esclerosados, partidos e líderes sem representatividade e canais de participação limitados podem bloquear a capacidade de adaptação e renovação dessas versões mais moderadas do progressismo latino-americano – ficando em aberto quais alternativas poderiam se apresentar a partir daí.

4. Referências

¹⁵ Entre os casos considerados mais moderados, talvez no chileno (já concluído) fosse possível apontar mais claramente a presença de elementos do que Gramsci chamou de “transformismo” (conferir Domingues, 2009), no qual setores que pareciam irreconciliavelmente inimigos vão sendo absorvidos a uma ampla classe dirigente. Mas isso se dá em menor medida no Brasil, Uruguai, El Salvador ou Nicarágua.

AVRITZER, Leonardo (org.) (2011). *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez.

_____ (org.) (2010). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez.

BOBBIO, Norberto (1995). *Direita e esquerda – razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp.

CASTAÑEDA, Jorge (2006). “Latin America’s left turn”. *Foreign Affairs*, maio/junho.

DAGNINO, Evelina, OLVERA, Alberto, PANFICHI, Aldo (orgs.) (2006). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra.

DOMINGUES, José Maurício (2009). *A América Latina e a modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

GARCÍA-GUADILLA, María Pilar (2009). “La praxis de los Consejos Comunales. ¿Poder popular o instancia clientelar?” In: Ayala, Mario, Quintero, Pablo (orgs.). *Diez años de revolución en Venezuela. Historia, balance y perspectivas (1999-2009)*. Ituzaingó: Maipue.

GARCÍA LINERA, Álvaro (2011). *Las tensiones creativas de la revolución. La quinta fase del proceso de cambio*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional – Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional.

_____ (2010). “El socialismo comunitario: un aporte de Bolivia al mundo. Entrevista al Vicepresidente del Estado Plurinacional Ciudadano Álvaro García Linera”. *Revista de Análisis: reflexiones sobre la coyuntura*, ano 3, n. 5.

GARRETÓN, Manuel Antonio [et al.] (2007). *América Latina no século XXI: em direção a uma nova matriz sociopolítica*. Rio de Janeiro: FGV.

GRAMSCI, Antonio (2002). *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HUNEEUS, Carlos (2010). “Las elecciones del 2009 y el peso del continuismo”. *Mensaje*, n. 586.

JUNGEMANN, Beate (2008). “Organizaciones sociales y anclaje territorial. Escenarios y componentes de la transformación socio-territorial y local en Venezuela”. *Cuadernos del CENDES*, ano 25, n. 67.

LANZARO, Jorge (2009). “La socialdemocracia criolla”. *Análise de Conjuntura OPSA*, n. 3.

MOREIRA, Carlos, RAUS, Diego, GÓMEZ LEYTON, Juan Carlos (coords.) (2008). *La nueva política en América Latina: rupturas y continuidades*. Montevideu: Flacso Uruguay, UNLa, Arcis, Trilce.

OLVERA, Alberto, CHAGUACEDA, Armando (2010) “¿Hay democracia participativa en los países del ALBA?” *Envío*, n. 334.

PANIZZA, Francisco (2006) “La marea rosa”. *Análise de Conjuntura OPSA*, n. 8.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio (2011). *Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ponteio.

_____ (2010). “Esquerdas latino-americanas: uma tipologia é possível?” *Oikos*, v. 9, n. 2.

_____ (2009). “Equilíbrios precários: a trajetória do Movimento ao Socialismo e seus dilemas”. In: Domingues, José Maurício, Guimarães, Alice Soares, Mota, Aurea, Pereira da Silva, Fabricio (orgs.). *A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

PETKOFF, Teodoro (2005). *Dos izquierdas*. Caracas: Alfadil.

SADER, Emir (2009). *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo.

SANT’ANNA, Júlia, PEREIRA DA SILVA, Fabricio (2008). “Esquerdas latino-americanas e gasto social: há coerência entre propostas e práticas?” *Debates*, v. 2, n. 1.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2003). *Democratizar a democracia*. Porto: Afrontamento.

SEABRA, Raphael Lana, PEREIRA DA SILVA, Fabricio (2010). “Sugestões teóricas para uma abordagem da via bolivariana”. *Boletim Tempo Presente (UFRJ)*, v. 5.

SILVA, Eduardo Moreira da, CUNHA, Eleonora Schettini Martins (orgs.) (2010). *Experiências internacionais de participação*. São Paulo: Cortez.

SOARES DE LIMA, Maria Regina (2012). “Precedente perigoso”. *Observador On-line*, v. 7, n. 6.

_____ (org.) (2008). *Desempenho de governos progressistas no Cone Sul: agendas alternativas ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Edições IUPERJ.

_____, COUTINHO, Marcelo (2006). “Integração moderna”.
Análise de Conjuntura OPSA, n. 1.

STOKES, Susan (2001). *Mandates and democracy: neoliberalism by surprise in Latin America*.
Cambridge: Cambridge University Press.

VADILLO PINTO, Alcides (2011). “El movimiento indígena originario. Su rol en la sociedad y el Estado”. In: OPN – UARGM. *El Estado Plurinacional Autonomico. Alcances y límites*. Santa Cruz: OPN – UARGM, fBDM.

WEYLAND, Kurt (2009). “The rise of Latin America’s two lefts? Insights from Rentier State Theory”. *Comparative Politics*, v. 41, n. 2.